

AO EXPEDIENTE DO DIA  
23 de 04 de 14



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

17ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa

Projeto de Lei n° 1.901/2014



Dispõe sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências.

Art. 1º - Fica garantido aos pescadores artesanais, no desempenho de suas atividades profissionais, livre acesso aos mananciais aquícolas públicos do Estado da Paraíba.

§ 1º A atividade pesqueira artesanal poderá ser desenvolvida livremente no entorno de mananciais, como rios, açudes, barragens e represas, desde que obedecida a legislação pertinente relativa à preservação do meio ambiente e sustentabilidade pesqueira.

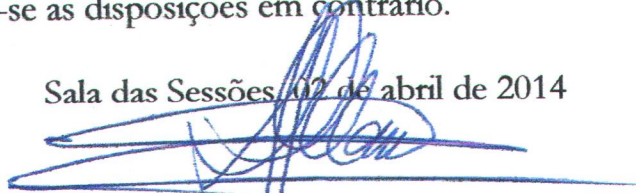
§ 2º O livre acesso de que trata esta Lei não se aplica a áreas de segurança, áreas isoladas pela Marinha, áreas e equipamentos públicos de acesso restrito, como adutoras, estações de bombeamento, áreas de pesquisa e outras afins.

Art. 3º - O acesso dos pescadores à área referida no artigo anterior somente poderá ser desautorizado ou impedido por autoridade policial ou administrativa legalmente constituída e de posse de sua identidade funcional.

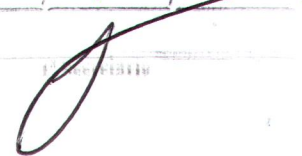
Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2014

  
**ANÍSIO MAIA**  
Deputado Estadual PT-PB

APROVADO EM único TURNO  
EM 21 / 10 / 2014



## JUSTIFICATIVA



O acesso de pescadores artesanais aos mananciais públicos naturais e artificiais tem sido reiteradamente prejudicado, especialmente por inexistir, em nosso Estado, regulamentação da matéria. Nesse contexto, nosso Projeto busca garantir a este segmento o exercício pleno de sua profissão, obedecida a legislação pertinente relativa à preservação do meio ambiente e sustentabilidade pesqueira. Excluem-se de nossa proposta, no entanto, áreas de segurança, áreas isoladas pela Marinha, áreas e equipamentos públicos de acesso restrito, como adutoras, estações de bombeamento, áreas de pesquisa e outras afins. Demonstradas, assim, as razões que embasam nossa proposta, é que contamos com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2014

**ANÍSIO MAIA**

Deputado Estadual PT-PB





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA



REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS  
SUJEITAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário  
Às fls. \_\_\_\_\_ sob o nº 1.901/14  
Em 22/04 /2014

P. Nagaly Maia  
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão  
Ordinária do dia 23/04 /2014

P. Nagaly Maia  
Div. de Assessoria ao Plenário  
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência  
e Controle do Processo Legislativo  
Em, 23/04 /2014.

P. Nagaly Maia  
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa  
No dia 24/04 /2014

Grace Alencar  
Departamento de Assistência e Controle  
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo  
no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

Secretaria Legislativa  
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação para indicação do Relator

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Secretaria Legislativa  
Secretário

Designado como Relator o Deputado

JURACY MENDES  
Em 16/04 /2014

Deputado  
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Secretaria Legislativa  
Secretário

Apreciado pela Comissão  
No dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Parecer \_\_\_\_  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/

Secretaria Legislativa

Aprovado em (\_\_\_\_) Turno

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de  
Plenário a Presente Propositura consta  
(\_\_\_\_) Pagina (s) e (\_\_\_\_)  
Documento (s) em anexo.  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Funcionário



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Eptácio Pessoa*



**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, em razão do que dispõe os §§ 1º e 2º do art. 139 da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012 (Regimento Interno) que não houve apresentação de Emendas no Protocolo Legislativo da Divisão de Assessoria ao Plenário, unidade de trabalho da Secretaria Legislativa, durante os 5 (cinco) dias úteis, após a publicação no Diário do Poder Legislativo, no que se refere ao Projeto de Lei nº 1.901/2014, de autoria do Deputado Estadual Anísio Maia, que "Dispõe sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências".

Gabinete do Secretário Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba "**Casa de Eptácio Pessoa**", João Pessoa, 14 de maio de 2014.

  
**Felix de Sousa Araújo Sobrinho**  
Secretário Legislativo





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



## PROJETO DE LEI Nº 1.901/2014

Dispõe sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências.

**AUTOR** : Dep. Anísio Maia

**RELATOR**: Dep. Jutay Meneses

P A R E C E R Nº 2120 / 14

### I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 1.901/2014**, de iniciativa do ilustre Deputado Anísio Maia, o qual "*Dispõe sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências*".

A proposta legislativa constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de abril de 2014.

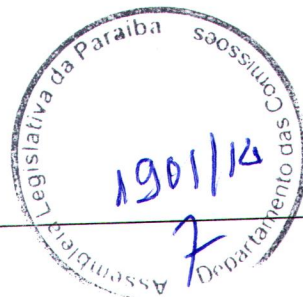
Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



## II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em apreço visa dispor sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do estado da Paraíba. Cumpre ressaltar que a iniciativa em análise é de grande importância e significado para aqueles que têm na pesca artesanal a sua profissão e seu meio de sobrevivência.

Em sua justificativa, o autor do projeto, o nobre deputado Anísio Maia, ilustra a necessidade de regulamentação desta matéria, que por inexistir, dificulta o pleno exercício desses profissionais.

O projeto busca garantir o acesso dos pescadores artesanais aos mananciais públicos naturais e artificiais do nosso estado, respeitando, todavia, a legislação relativa à preservação do meio ambiente e sustentabilidade pesqueira, e excluindo da proposta as áreas de segurança, áreas isoladas pela marinha e áreas e equipamentos públicos de acesso restrito.

Os mananciais representam todas as fontes de água doce, superficiais ou subterrâneas, que podem ser usadas para abastecimento público, além de serem de grande importância para o desenvolvimento de atividades econômicas.

Ademais, a água, por constituir um dos elementos naturais do meio ambiente, que está inserido na categoria dos direitos difusos, representa um daqueles direitos pertencentes a uma coletividade indeterminada e que transcende a classificação tradicional de direito privado e direito público. Dessa forma, tem-se que o conceito de dominialidade das águas não pode ser visto sob o ângulo do Direito Privado.

A própria Constituição Federal, ao estabelecer o meio ambiente como bem jurídico tutelado, deixou expresso que ele é bem de uso comum do povo, ou seja, que não pertence a uma entidade privada ou a uma entidade pública, mas sim a toda uma coletividade indeterminada. E previu:

*"Art. 26 Incluem-se entre os bens dos Estados:*

*I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras públicas da União."*

Sendo assim, esta relatoria reconhece que é de fundamental importância a proposta em questão, além de louvável, uma vez que há grande necessidade de regulamentação da matéria em apreço para o desenvolvimento da pesca artesanal em nosso estado.





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



### III - CONCLUSÃO

A propositura não contraria qualquer dispositivo constitucional ou infraconstitucional vigente, e a iniciativa parlamentar para a matéria encontra respaldo nos artigos 52 e 63 da Constituição Estadual, inexistindo, portanto, óbice para regular tramitação da proposta que é pertinente e oportuna.

Nestas condições, opino, seguramente, pela **constitucionalidade e juridicidade** do **Projeto de Lei nº 1.901/2014**, na sua forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em 18 de julho de 2014.

  
**DEP. JUTAY MENESES**  
Relator



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



**IV - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Senhor Relator, Dep. Jutay Meneses, opina pela constitucionalidade e juridicidade do **Projeto de Lei nº 1.901/2014**, na sua forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de julho de 2014.

Apreciada Pela Comissão  
No Dia 22/07/14

  
**DEP. JANDUHY CARNEIRO**  
Presidente

**DEP. OLENKA MARANHÃO**  
Vice-Presidente

  
**DEP. DR. ANIBAL**  
Membro

  
**DEP. LÉA TOSCANO**  
Membro

  
**DEP. JUTAY MENESES**  
Membro

**DEP. JOÃO HENRIQUE**  
Membro

  
**DEP. VITURIANO DE ABREU**  
Membro





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

**Ofício nº 1.894 /2014**

**João Pessoa, 21 de outubro de 2014.**

**Senhor Governador,**

*Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 1.901/2014, do Deputado Estadual Anísio Maia, que “Dispõe sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências”.*

**Atenciosamente,**

  
**RICARDO MARCELO**  
**Presidente**

**Ao Excelentíssimo Senhor**  
**DR. RICARDO VIEIRA COUTINHO**  
**GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**“Palácio da Redenção”**  
**João Pessoa – PB**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Epitácio Pessoa*

**AUTÓGRAFO Nº 1.894/2014**

**PROJETO DE LEI Nº 1.901/2014**

**AUTORIA: DEPUTADO ANÍSIO MAIA**

**Dispõe sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências.**

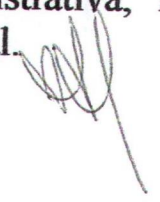
**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º** Fica garantido aos pescadores artesanais, no desempenho de suas atividades profissionais, livre acesso aos mananciais aquícolas públicos do Estado da Paraíba.

**§ 1º** A atividade pesqueira artesanal, poderá ser desenvolvida livremente no entorno de mananciais como rios, açudes, barragens e represas, desde que obedecida a legislação pertinente relativa à preservação do meio ambiente e sustentabilidade pesqueira.

**§ 2º** O livre acesso de que trata esta Lei, não se aplica a áreas de segurança, áreas isoladas pela Marinha e, áreas de equipamentos públicos de acesso restrito como adutoras, estações de bombeamento, áreas de pesquisa e outras afins.

**Art. 3º** O acesso dos pescadores a área referida no artigo anterior somente poderá ser desautorizado ou impedido por autoridade policial ou administrativa, legalmente constituída e de posse de sua identidade funcional.





**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 21 de outubro de 2014.



**RICARDO MARCELO**  
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Eptácio Pessoa*

**SECRETARIA LEGISLATIVA**

**DIVISÃO DE REDAÇÃO E AUTÓGRAFO**

**ENCAMINHAMENTO DE AUTÓGRAFOS**

**AUTÓGRAFO Nº 1.894/2014**  
**PROJETO DE LEI Nº 1.901/2014**  
**AUTORIA: DEPUTADO ANÍSIO MAIA**

**EMENTA:** Dispõe sobre o acesso dos pescadores aos mananciais públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências.

**Nº DE PÁGINAS/OFÍCIO E AUTÓGRAFO: 03**

Recebido em: 29 / 10 / 2014

Nome: Rafaela